

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : Comício Brasileiro

CLASS. : 14

DATA : 03 08 89

PG. : 20

Carta pede estrada até o Pacífico

Manaus — Os empresários da Amazônia, reunidos durante dois dias em Manaus, aprovaram ontem a "Carta da Amazônia", um documento onde proclamam ser imprescindível a adoção de uma política de desenvolvimento para a região voltada para promover a atualização do zoneamento geoeconômico e ecológico.

Acreditando interpretar os sentimentos da sociedade amazônica, efetivamente comprometida com o desenvolvimento e o progresso da região, conhecedora por vivência própria dos aspectos da questão ambiental, vem de público expressar sua visão do problema, introduzir dados racionais e factuais em sua discussão e, através deste documento, definir o seu posicionamento e a estratégia de atuação, agora e no futuro.

Assim sendo, manifestam a firme convicção de que alguns princípios básicos devem nortear nossos trabalhos, entre eles:

1 — A Amazônia representa mais da metade do território brasileiro; é a maior floresta tropical do mundo; possui, no mínimo, 50 por cento do potencial hidrelétrico do Brasil; é detentora de 12 milhões de hectares de várzeas e de terras férteis, com 25.000 km de rios navegáveis; é a maior província mineral do mundo e nela habitam cerca de 16 milhões de pessoas.

2 — O seu desenvolvimento é uma necessidade imperiosa e seu processo irreversível.

3 — A sua integração ao processo produtivo do País é imperativa, assim como a sua ocupação, de forma ordenada, adequada e inteligente.

4 — A utilização de seus recursos é um desafio, pelas suas condições peculiares, pela heterogeneidade de seus ecossistemas, múltiplos, únicos e diferenciados.

5 — O desenvolvimento da Amazônia importa em conhecimento de suas riquezas e potencialidades, através de pesquisa para não incorrerem em erros já praticados

aqui e em outros países, que promoveram o desenvolvimento a qualquer custo.

6 — A proposta brasileira para a Amazônia deverá promover a atualização do zoneamento geoeconômico e ecológico da região e que especifique as áreas de preservação, as áreas de utilização dos recursos naturais existentes, as áreas de utilização convencional e as áreas de reservas indígenas, respeitados os multivariados ecossistemas.

7 — Os programas devem ser flexíveis, estabelecendo metas e ações à medida que forem sendo adquiridas experiências e conhecimentos, não se podendo estabelecer um tipo de comportamento invariável e monolítico que nos faça reincidir no erro de destruir primeiro para reconstruir depois.

8 — Os mitos e falácias devem ser desmistificados, tais como: pulmão do mundo, filtragem do CO₂, terra arrasada, futuro deserto, destruição da camada de ozônio, efeito destruidor da queimada-xexoutrosqueimada e outros.

9 — O bloqueio econômico aos nossos produtos é um fato real e ameaçador que está a exigir posições firmes e atitudes urgentes e enérgicas.

10 — O desenvolvimento da região não pode abdicar da utilização das vias navegáveis integradas às ferrovias e rodovias transitáveis durante todo o ano e que também busquem a integração do Brasil com os países vizinhos.

Dentro dessa realidade, chegam às seguintes conclusões:

a — Devemos esclarecer à opinião pública mundial quanto à impropriedade de quaisquer formas de bloqueios econômicos contra o Brasil sob o pretexto da proteção ambiental. O que se impõe é o encontro de alternativas tecnológicas e de financiamento capazes de assegurar a continuidade da melhora dos padrões de vida da população regional, atendidos os justos recla-

mos de conservação do meio ambiente.

b — É preciso promover ajustamentos requeridos pela política indigenista de respeito à preservação dos valores da cultura indígena, sem jamais abdicar da soberania nacional.

c — A região requer, para efetiva conservação de seu meio ambiente, a colaboração técnica, científica e financeira nacional e internacional.

d — Especial apoio deve ser assegurado às universidades e demais instituições de pesquisa científica e tecnológica existentes na região, configurando, assim, resposta objetiva às sociedades nacional e internacional a respeito das reais possibilidades de desenvolvimento da Amazônia.

e — A região não pode abdicar da complementação das infra-estruturas energética, de transportes e de telecomunicações. Vê-também com justificada preocupação as ameaças a iniciativas como a antiga aspiração de ligação da região ao Pacífico e Caribe, pelo prolongamento da BR-364 e BR-174 e a construção de novas hidrelétricas — plenamente viáveis, desde que precedidas de cuidadoso planejamento ambiental. Por sua vez, a concessão de incentivos fiscais e creditícios à região deve ser mantida, requerendo apenas, para melhor atender suas finalidades, ajustes e correções.

f — Devem estreitar vínculos com os empresários de vizinhos países amazônicos, para estimular a integração econômica, social e cultural.

g — O I Encontro dos Empresários da Amazônia decidiu promover a criação do Conselho Empresarial da Amazônia, integrado por representantes das diversas entidades empresariais que atuam na região, ao qual caberá acompanhar o processo de desenvolvimento da Amazônia, atuando no sentido de seu estímulo permanente e servindo de fórum de debates.